

CENTRO UNIVERSITÁRIO REDENTOR- UNIREDENTOR

CURSO: SERVIÇO SOCIAL

ANA VITÓRIA SANTIAGO DE MELO

**O PAPEL DO SERVIÇO SOCIAL NAS ESCOLAS COMO MEIO DE
COMBATE A HOMOFOBIA: COMPREENDENDO O SISTEMA DE
OPRESSÃO A IDENTIDADE NÃO HETEROSSEXUAL**

ITAPERUNA

2021

ANA VITÓRIA SANTIAGO DE MELO

**O PAPEL DO SERVIÇO SOCIAL NAS ESCOLAS COMO MEIO DE
COMBATE A HOMOFOBIA: COMPREENDENDO O SISTEMA DE
OPRESSÃO A IDENTIDADE NÃO HETEROSSEXUAL**

Monografia apresentada à Uniredentor como
parte dos requisitos para obtenção do título
de bacharel em Serviço Social

Orientador(a): Jaqueline Barros

Itaperuna

2021

FOLHA DE APROVAÇÃO

Acadêmico: Ana Vitória Santiago de Melo

Título: O PAPEL DO SERVIÇO SOCIAL NAS ESCOLAS COMO MEIO DE COMBATE A HOMOFOBIA: COMPREENDENDO O SISTEMA DE OPRESSÃO A IDENTIDADE NÃO HETEROSSEXUAL

Natureza: Trabalho de Conclusão de Curso- TCC

Objetivo: Título de Bacharel em Serviço Social

Instituição: Uniredentor

Área de concentração: Serviço Social

Aprovada em: ____/____/____

Banca Examinadora:

Prof.º Jaqueline Barros

Orientador(a)

UniRedentor

DEDICATÓRIA

Dedico esta monografia especialmente a Sarah Castro e Lucas Viana, sem eles não seria possível minha chegada até aqui, sou imensamente grata pelo apoio e amizade. Agradeço e dedico também aos meus amigos de faculdade, estes que batalharam tanto quanto eu para chegarmos a este momento tão esperado desde o início de nossa graduação. Foi um prazer e uma honra estar ao lado de cada um deles, cresci muito ao longo destes anos de formação, sinto-me lisonjeada por ter conhecido pessoas incríveis que com certeza tornaram-se excelentes companheiros de profissão.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a vida, a Deus pelas infinitas possibilidades que me foram proporcionadas, agradeço a mim mesma por todo esforço até aqui, só eu sei das dificuldades que passei até a conclusão deste projeto.

Agradeço de todo coração aos meus professores, todos que passaram por mim ao longo de minha formação, que tanto me ensinaram ao longo deste percurso.

Agradeço aos meus amigos, familiares, minha avó Catia Maria, Sarah Castro e Lucas Viana pelo apoio, incentivo e confiança em mim depositados.

“Sempre haverá uma outra montanha e eu sempre irei querer removê-la”.

Miley Cyrus

RESUMO

Diante do padrão heteronormativo estabelecido socialmente em decorrência ao conservadorismo, os integrantes da comunidade LGBTQIA+ por não atenderem aos moldes estipulados pelas esferas sociais acabam tendo seus direitos violados, sofrendo com o preconceito e a discriminação. A partir do reconhecimento da homofobia como expressão da questão social como resultado da dominação neoliberal conjuntural, a presente pesquisa tem como objetivo analisar os desafios presentes na sociedade que impossibilita o pleno exercício da cidadania e acesso à educação por parte da comunidade LGBTQIA+, tendo como cenário as instituições escolares como reprodutora social; buscando reconhecer a necessidade do Serviço Social no interior desses espaços a fim de compreender os condicionantes responsáveis pela evasão escolar de alunos não heterossexuais diante da discriminação. A partir da de leituras bibliográficas que tratam a trajetória do Movimento LGBTQIA+ e do Serviço Social foi possível fundamentar as contribuições e dificuldades da profissão em promover o combate a homofobia, principalmente nas escolas, visto que o Serviço social escolar se caracteriza como um desafio ao profissional da assistência, pois a atuação deste não está presente em todas as instituições.

Palavras-chave: Homofobia. Evasão Escolar. Serviço Social. LGBTQIA+

ABSTRACT

Faced with the heteronormative standard established socially as a result of conservatism, the members of the LGBTQIA+ community for not meeting the standards stipulated by social spheres end up having their rights violated, suffering from prejudice and discrimination. Based on the recognition of homophobia as an expression of the social issue as a result of the conjunctural neoliberal domination, the present research aims to analyze the challenges present in society that preclude the full exercise of citizenship and access to education on the part of the LGBTQIA+ community, with the scenario of school institutions as a social reproducer; seeking to recognize the need for Social Work within these spaces in order to understand the conditions responsible for the school dropout of non-heterosexual students in the face of discrimination. From the bibliographic readings that deal with the trajectory of the LGBTQIA+ Movement and Social Work, it was possible to substantiate the contributions and difficulties of the profession in promoting the fight against homophobia, especially in schools, since the school social service is characterized as a challenge to the professional of assistance, as its performance is not present in all institutions.

Keywords: Homophobia. School dropout. Social service. LGBTQIA+

SUMÁRIO

1INTRODUÇÃO.....	09
1.1 Objetivos.....	10
1.2 Metodologia.....	10
1.3 Justificativa.....	10
1.4 Problemática.....	11
1.5 Estrutura do Trabalho.....	11
2 OS DESAFIOS DA TRAJETÓRIA LGBTQIA+.....	11
2.1 Homofobia como expressão da questão social.....	12
2.2 Narrativa acerca do movimento LGBTQIA+.....	13
2.3 Evasão escolar de estudantes homossexuais em razão a homofobia.....	16
2.4 Compreendendo a diversidade sexual e de gênero como mecanismo de inclusão.....	19
3 ASSISTÊNCIA SOCIAL COMO MECANISMO DE COMBATE A HOMOFOBIA NO AMBIENTE ESCOLAR.....	21
3.1 Intervenção do Serviço Social frente às demandas do movimento LGBTQIA+.....	21
3.2 Serviço social nas instituições escolares.....	2
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	26
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	29

1 INTRODUÇÃO

Partindo da compreensão acerca da homofobia como expressão da questão social, é de extrema relevância analisar as formas como a mesma se manifesta na contemporaneidade, neste sentido a evasão escolar por parte da comunidade LGBTQIA+ deve ser entendida como uma dessas manifestações presentes nos espaços públicos resultado dos padrões heteronormativos da sociedade conservadora.

As instituições escolares nesse contexto são cruciais para a desconstrução e promoção de ações contra a homofobia através de intervenções voltadas ao reconhecimento da liberdade sexual e de gênero. Todavia a realidade desses ambientes é desafiadora diante da evasão escolar de estudantes LGBTQIA+ que sofrem com a discriminação, violência, negação de direitos e não aceitação de sua identidade de gênero, os deixando sem alternativas se não abandonar os estudos.

A partir deste contexto podemos situar o profissional do Serviço Social como peça fundamental a atenção às necessidades e demandas dos alunos LGBTQIA+, a fim de combater a homofobia e consequentemente a evasão escolar deste grupo. Entretanto sua intervenção nas instituições escolares é permeada por diversos desafios, tanto os de sua própria profissão quanto em relação às vulnerabilidades das identidades não heterossexuais.

Logo, torna-se urgente identificar as problemáticas existentes na conjuntura da sociedade, bem como problematizar os padrões heteronormativos conservadores que aprisionam a comunidade LGBTQIA+; como também refletir a ação profissional do Serviço social através do aporte teórico da profissão com a intenção de possibilitar a superação das múltiplas violências vivenciadas pelos alunos não heterossexuais.

1.1 OBJETIVOS

Diante da temática proposta, o objetivo deste trabalho direcionou-se em aclarar o papel do Serviço Social para a consolidação de direitos da comunidade LGBTQIA+, identificando as complicações enfrentadas pelos homossexuais -transsexuais e demais segmentos da comunidade- que os impedem de alcançar o pleno exercício da cidadania, considerando as investidas neoconservadoras e neoliberais. Mais expecificamente com o foco no papel do assistente social no interior do ambiente escolar frente a homofobia, buscando o favorecimento da igualdade e da justiça social, como também entender os condicionantes que resultam na evasão escolar dos estudantes LGBTQIA+ diante de um sistema que oprime a identidade não heterossexual.

1.2 METODOLOGIA

A realização deste trabalho ocorreu a partir de pesquisas bibliográficas de artigos, livros, teses e outras obras diante de análises na categoria descritiva a fim de coletar dados qualitativos importantes para formulação de uma linha de raciocínio crítica- onde foi possível absorver todo um conhecimento sólido, com fontes seguras, capazes de fornecer todo conteúdo necessário para o direcionamento do assunto promovido, expondo as informações necessárias ao desenvolvimento dos resultados apresentados.

1.3 JUSTIFICATIVA

Esta pesquisa foca na extrema importância da implementação no âmbito escolar, de debates e reflexões acerca das sexualidades, diversidade, identidade de gênero e etc. Entendendo que educação transforma a realidade, e a escola é a base para a formação de caráter, onde propaga-se um conjunto de conceitos, juízos e pensamentos acerca da sociedade; Atentando-se a atuação do serviço

social como peça fundamental à comunidade LGBTQIA+ para o acesso aos seus direitos, bem como o exercício da cidadania e combate a opressão e a homofobia.

1.4 PROBLEMÁTICA

Esta monografia tem como direcionamento mostrar a atuação dos profissionais do Serviço Social no meio educacional buscando contribuir para a efetivação e garantia dos direitos da comunidade LGBTQIA+, bem como promover uma reflexão acerca o meio escolar como promotor das discussões e reflexões, sendo responsável por desmistificação de preconceitos (enraizados na sociedade) que perpassam gerações e alimentam a homofobia, afetando desde o estudo até a vida financeira, pessoal, e mental dos LGBTQIA+, além de causar sua evasão do ambiente escolar.

1.5 ESTRUTURA DO TRABALHO

Este trabalho consolidou-se através de uma introdução e dois capítulos; o segundo voltado à compreensão teórica acerca da homofobia na sociedade e da emergência do movimento LGBTQIA+ pela consolidação de seus direitos, neste capítulo resgata-se fatores que apresentam as dificuldades e empecilhos existentes no sistema de opressão capitalista, resultando a homofobia como expressão da questão social gerada por diversos fatores, entre eles destacando-se a evasão escolar. No terceiro capítulo discute-se sobre as ações e comportamentos tanto do Estado quanto do Serviço Social, traçando medidas possíveis a reversão das problemáticas apresentadas ao longo deste projeto.

2 OS DESAFIOS DA TRAJETÓRIA LGBTQIA+

Diante dos preceitos históricos impostos socialmente a partir da heterossexualidade, introduziremos a seguir como se deu a trajetória LGBTQIA+ defronte ao conservadorismo. Tal como indagar acerca dos desafios, vulnerabilidades e violências vividas pela comunidade LGBTQIA+ no ambiente escolar impulsionando a evasão desta categoria nestes ambientes.

2.1 Homofobia como expressão da questão social:

Compreendendo o Serviço Social como uma profissão baseada na ética, substancializada no Código de Ética de 1993, o trabalho do assistente consiste em realizar uma análise crítica da realidade social; cabe ao profissional tratar este cenário considerando a estrutura conjuntural neoliberal e neoconservadora do país. O contexto político e social atual investe insignificadamente em políticas sociais deixando-as submetidas a impactos e instabilidades, gerando tensões sociais que favorecem o conservadorismo e suas ideologias além de contribuir com a mínima ação estatal; já que reduzindo os direitos sociais o Estado potencializa sua ação voltada ao Capital, propiciando a privatização das políticas mantendo constante o desenvolvimento do capitalismo monopolista.

Para Iamamoto (2000) o Serviço Social emerge (durante a difusão do capitalismo monopolista) da conveniência da Igreja, Burguesia e Estado sob o proletariado, que sofre com os efeitos neoliberais e neoconservadores conjunturais que colocam em risco os direitos dos mais desprotegidos (neste caso a comunidade LGBT). Cabe ao assistente analisar a sociedade ao redor considerando o contexto de sua formação; visto que os padrões heteronormativos estão presentes em toda sociedade.

Ainda discorrendo sobre os padrões heteronormativos é necessário visualizar o âmago deste arquétipo pois eles são os responsáveis pela constituição do preconceito. Estes elementos devem ser levados em consideração pelos profissionais do Serviço Social que é “[...] um profissional de novo tipo, comprometido com sua atualização permanente, capaz de sintonizar-se com o ritmo das mudanças que presidem o cenário social contemporâneo” (Iamamoto, 2006, p.145) buscando eliminar toda e qualquer forma de preconceito, considerando a vulnerabilidade social da comunidade LGBTQIA+, como também atribuir a sua prática profissional a defesa e o reconhecimento de elementos discriminatórios relacionados a orientação sexual, identidade de gênero e/ou classe social.

Os princípios fundamentais do código de ética são congruentes as classes sociais pois diante das divisões existentes na sociedade capitalista e nos meios de produção encontram-se desigualdades compreendidas como expressões da questão social; porém, ainda que o assistente social trave uma árdua luta contra a homofobia é necessário que outros profissionais batalhem também em prol deste objetivo.

A problemática que permeia a discussão sobre gênero parte da definição de homem e mulher e como essa relação é estabelecida na sociedade e ampara em valores morais . A partir da definição de seus deveres, atributos e funções se designa padrões baseado no sexo biológico (heteronormativo), constituindo socialmente uma elucidação que não se aplica a comunidade LGBTQIA+, visto que não se enxergam no gênero em que nasceram. Diante desses fatores, este grupo sofre com diversas negações sociais e violência (vinda da sociedade, do estado e até mesmo da família). Desta forma a população LGBTQIA + sofre pela falta de amparo em suas demandas, sofre com o rompimento dos vínculos afetivos, condenação de seus direitos, marginalização e invisibilidade.

Essas formas de violências simbólicas e subjetivas são perpetuadas pelo silêncio e impotência dos jovens, seja por não reconhecerem as práticas como violência ou por terem sido condicionados socialmente a naturalizar a homofobia. E ainda que não gerem na expulsão ou saída da casa da família de origem, as expressões mais traumáticas estão no cotidiano, com humilhações sutis e constantes discriminações que os jovens estão submetidos. (PERUCCHI; BRANDÃO; VIEIRA, 2014, p.72)”

2.2 Narrativa acerca do movimento LGBTQIA+

Durante o ano de 1969 em Stonewall Inn nos EUA uma rebelião LGBTQIA+ se formou para enfrentar as forças policiais estadunidenses, foram seis dias de rebelião em resposta às ações homofóbicas da polícia sob a comunidade LGBTQIA+ e os locais que os mesmos frequentavam. Este momento de rebelião

foi considerado o marco inicial do movimento LGBTQIA+ contemporâneo, ainda que os primeiros registros sobre homossexualidade tenham sido datados a mil anos antes de Cristo. Neste período, ainda que as mulheres sofressem com diversas repressões e proibições do patriarcado, sua participação foi demasiado ativa e imprescindível para o acontecimento da rebelião. O movimento feminista proporcionou demasiada importância para a visibilidade do movimento LGBTQIA+ quando uniram forças entre as mulheres cis do movimento e os heterossexuais e lésbicas.

Infelizmente no decorrer da história a comunidade LGBTQIA+ sofreu com códigos penais e leis contra a homossexualidade em diversos países, prisões, trabalho escravo, até mesmo tortura (visto que a homossexualidade era vista como doença mental tratada através de tortura) sem esquecer dos tratamentos realizados no interior dos campos de concentração durante o período nazista. Graças à união, força e resistência dos LGBTQIA+, ainda que seus direitos não sejam plenamente assegurados, passos largos já foram dados para que esta comunidade pudesse alcançar espaços antes inalcançáveis.

No Brasil a luta contra a opressão homossexual ganhou força no fim dos anos 70 quando a ditadura entra em um processo de crise propiciando aos movimentos sociais uma organização política mais forte em defesa dos interesses do conjunto LGBTQIA+. Como empecilho, trazendo maiores dificuldades e preconceitos à comunidade LGBT, a AIDS (neste período ainda sem classificação) assombrou os homossexuais devido ao pouco conhecimento da sociedade sobre esse “vírus” que estava matando tantas pessoas, entre elas, homossexuais, profissionais do sexo e usuários de drogas injetáveis, o que reforçou o estereótipo marginalizado sobre a comunidade LGBTQIA+.

Diante deste contexto crítico militantes do movimento homossexual buscaram forças e representação através das influências de grupos LGBTQIA+ americanos na busca por desmistificar esta ideia errônea de que a AIDS era uma doença “gay”. Através da união entre ativistas e grupos apoiadores pressionando o Estado, ações de enfrentamento à AIDS começam a suceder. Além disso, a comunidade LGBTQIA+ incansável por seus direitos e visibilidade, fiscalizava as iniciativas e

campanhas governamentais, debatiam arduamente sobre diversidade e sexualidade como também buscavam desfazer a imagem preconceituosa da sociedade sobre os conceitos da AIDS e homossexualidade, batalhando por visibilidade e acesso a direitos civis e sociais.

É importante para a reflexão sob a vulnerabilidade e defesa dos LGBTQIA+, salientar fatores vultosos aos direitos dos mesmos: O assistente social como profissional comprometido a seguridade dos direitos e a justiça social desse grupo, necessita compreensão demasiada sobre a reprodução das relações sociais ponderando as diversas expressões da questão social envoltas a comunidade LGBTQIA+, tais como as lutas políticas, violações de direitos, desigualdades e relações de classe baseadas em gênero; além deste, há outro determinante, somente no fim da década de 90, durante o governo de Luís Inácio Lula da Silva é que o assunto gênero, diversidade e direito LGBTQIA+ começa a ser pautado e mais aprofundado.

Os anos 2000 marca o ponto alto no que diz respeito a cidadanização do LGBTQIA+ por assegurar a promoção da cidadania do grupo a partir da criação de programas focados no combate ao preconceito, entre eles cita-se: O Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lesbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (CNCD/LGBT) em 2011, graças as pressões feitas pelos movimentos sociais em prol da causa durante vários anos; e o programa Brasil sem Homofobia promovido em 2004 diante de diversas discussões entre o órgão federal e a sociedade organizada (movimento LGBTQIA+, simpatizantes da causa e outros). O programa visa fortalecer as propostas das instituições (publicas e não governamentais) em promover o combate ao preconceito, expandir as informações a respeito dos direitos do grupo e reconhecer os determinantes que ocasionam a discriminação.

Estas pressões promoveram não só a criação de um conselho como também o reconhecimento da união estável entre homossexuais em 2011 e a permissão do casamento civil em 2012, a adoção por casais homoafetivos, campanhas contra a violação de direitos da classe, o reconhecimento do nome social, a criminalização das condutas homofóbicas e etc.

2.3 Evasão escolar de estudantes homossexuais em razão a homofobia

A LGBTfobia além de se perpetuar através dos ensinamentos perpassados pela sociedade, tem sido responsável pela exclusão e/ou evasão do ambiente escolar de diversos alunos que diariamente sofrem com o preconceito. Isto porque muitas vezes as questões culturais e sociais não estão inseridas no contexto escolar elevando a falta de compreensão sobre diversidade, afetando diretamente os alunos que sofrem com a homofobia, fortalecendo as estruturas do conservadorismo.

. As instituições de ensino como ambientes promotores de dialogos e experiencias culturais, politicas e sociais, deve se atentar a exclusão deste grupo minoritário buscando maneiras de reverter este quadro de evasão , considerando a educação como um mecanismo de direito promovendo a permanencia dos jovens em seu interior, como tambem reconhecer as especificidades dos alunos cuja identidade de genero não é a heteronormativa.

[...] muitas discriminações e brincadeiras em torno dos que são ou parecem ser homossexuais são geralmente ignoradas, porque há uma dificuldade no ambiente escolar para definir o que é uma situação homofóbica. O que é homofobia pra uns é apenas brincadeira para outros. Aí reside um dos problemas do conceito; se não houver agressão física extrema que ameaça a vida de alguém, o resto parece ser tolerado como uma brincadeira normal dos adolescentes. (Borges et al. 2011 p.33).

Mark Richond, diretor de Educação pela Paz e pelo Desenvolvimento Sustentavel da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciencia e a Cultura (UNESCO) afirma que necessitamos trabalhar o bullying homofóbico nas escolas pois jovens em todo o mundo são afetados por essa violência, e isso infringe os direitos destes a uma educação de qualidade, como tambem influencia no desempenho dos alunos, bem como, aumenta a taxa de evasão escolar.

Lamentavelmente a comunidade LGBTQIA+, principalmente as travestis e transexuais sem recursos financeiros e fora do ambiente escolar devido a negação a direitos basicos, acabam por sobrevivencia indo para o caminho da

prostituição, visto que sua permanência nas escolas em grande maioria acarreta assédio, exclusão, bullying e/ou violência, deixando-os sem alternativas, senão, desistir do estudo.

A realidade dos profissionais nas instituições escolares não contribui para a efetivação de uma educação de qualidade, pautada no enfrentamento as questões como homofobia nas escolas, discriminação de gênero e etc. Pois muitos profissionais não estão respaldados por um aporte teórico-metodológico focado nas discussões de gênero, ou são educadores que baseiam-se em seus valores próprios, carregando consigo os moldes conservadores intensificando as ações discriminatórias.

A questão parece ser sobre esse limite do que é ou não aceitável. As professoras realmente se consideram contra a homofobia, mas é muito comum também entenderem que determinados antes, é comum a noção de que o bom comportamento dentro da escola deva incluir uma adequação do gênero ao sexo e também à heteronormatividade (Borges. 2011 p. 33).

Uma vez reconhecendo a tessitura na qual se insere a instituição escolar, é necessário perceber que nós, pesquisadores e profissionais da educação, inserimo-nos neste mesmo contexto e muitas vezes estamos, mesmo sem saber, envolvidos e perpetuando justamente aquilo que pretendemos enfrentar (JUNQUEIRA, 2009). Torna-se então, diante da contemporaneidade, indispensável -principalmente nas instituições de ensino- o implemento de fatores inclusivos aos direitos e fortalecimento de políticas voltadas às necessidades LGBTQIA+ através de um trabalho conjunto entre Estado, instituições e profissionais.

Ainda que passos largos já tenham sido dados ao longo deste percurso caminhado pela comunidade LGBTQIA+ ainda há demasiada ausência no que diz respeito à garantia de direitos e políticas ofertadas a população gay/trans. A presença destas pessoas nos espaços educativos não significa nada além do que o direito de ir, vir e permanecer, porém, ainda que este grupo esteja presente nos

ambiente, sua aceitação e visibilidade por parte do restante da sociedade serão os fatores mais importantes para a ocupação destes nos espaços educativos.

O Serviço Social é uma profissão que trabalha no sentido educativo de revolucionar consciências, de proporcionar novas discussões, de trabalhar as relações interpessoais e grupais. Assim, a intervenção do assistente social é uma atividade veiculadora de informações, trabalhando em consciências, com a linguagem que é a relação social. (MARTINELLI, 1998).

Ainda que trabalhar com as expressões da questão social, atender demandas complexas e mediar conflitos não seja uma tarefa fácil -levando em consideração a necessidade de romper com ideais conservadores e discriminatórios presentes na sociedade- a importância dos assistentes sociais nas escolas é promover justiça social e acesso aos direitos a fim de minimizar as desigualdades. Devendo sempre estar respaldados de métodos didáticos e livres de preconceito e discriminação, sempre baseado em seu arcabouço teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo.

É preciso, portanto, estar atento ao que embasa teoricamente o nosso trabalho e à nossa linguagem, procurando desvelar e perceber o sexismo, o racismo, o etnocentrismo e a heteronormatividade que ela carrega e constitui (LOURO, 2003). Daí a necessidade de indagarmos sobre o que nossas práticas vão constituindo e/ou (re)produzindo. (MACHADO, 2003). Diante dos estigmas existentes na sociedade traçada pelo conservadorismo é possível identificar diversas formas de violências transfóbicas banalizadas socialmente, como por exemplo banheiro próprio ou até mesmo o uso do nome social: diversos transsexuais e/ou travestis sofrem com a negação sobre a utilização do nome que não seja o de registro, ainda que o nome social seja um direito garantido pela Lei N° 6804 de 28/01/2021.

2.4 Compreendendo a diversidade Sexual e de Gênero como mecanismo de inclusão:

A partir da reprodução dos papéis pré definidos socialmente como menino e menina desde o nascimento é moldado o sujeito social componente da sociedade, diante das definições dadas a cada gênero (feminino e masculino) tem-se uma realidade pré estabelecida sobre o indivíduo, e estas definições, maneiras, costumes e atos definem a “normalidade” de cada ser. A sociedade ao se deparar a alguém que fuja a essas “regras” tornam este um indivíduo rotulado pelos julgamentos e estigmas existentes e propagados socialmente através do tempo.

Os valores sociais, estes que carregam consigo ideias reprodutoras de preconceitos e pensamentos conservadores, são os principais fatores que aprisionam a sociedade em estereótipos inerentes às estruturas sociais. É extremamente difícil lidar com o preconceito quando ele se apresenta de maneira naturalizada; é muito comum visualizar atitudes preconceituosas “disfarçadas” em comentários e/ou expressões culturalmente banalizadas. Dado estes fatores evidenciam-se as definições comportamentais já inerentes socialmente, o que colide com a existência dinâmica e individual de cada ser humano; neste caso os LGBTQIA+ devido suas opiniões, gostos, vontades e até mesmo aparência sofrem com a segregação que sua própria liberdade gera ao mesmo, trazendo a reflexão da necessidade de conhecimento para a sociedade sobre diversidade sexual e gênero buscando o combate a homofobia.

É de extrema importância o conhecimento sobre diversidade de gênero, principalmente considerando os membros da comunidade LGBTQIA+ como minorias na sociedade. Infelizmente as pessoas diante do conservadorismo e seus alarmantes “fecham os olhos” perante assuntos tão relevantes ao desenvolvimento social. Entender a diversidade social é o primeiro passo para a transformação da realidade social; pois reconhecendo as individualidades, problemáticas e necessidades do grupo não heteronormativo é possível promover igualdade e garantia de direitos.

O combate à discriminação contra lésbicas, gays, bissexuais e transexuais
— LGBT — e a defesa de seus direitos devem ser compreendidos não sob

o equivocado prisma da criação de novos direitos, mas sim sob a correta ótica da aplicação dos direitos humanos a todos, indiscriminadamente. Trata-se da aceitação dos princípios fundamentais sobre os quais todos os direitos humanos estão assentados: a igualdade de valores e a igualdade de dignidade de todos os seres humanos.” (ALMG, 2017).

A definição de orientação sexual não se relaciona ao comportamento do indivíduo mas sim com a atração que o mesmo sente: o heterossexual atrai-se pelo sexo oposto ao dele, já o homossexual atrai-se pelo mesmo sexo que o próprio. A diversidade de gênero, ainda que muitas pessoas pensem ser a mesma coisa que orientação sexual, define-se pelo gênero ao qual o indivíduo identifica-se independente de seu sexo biológico.

Diante das várias nomenclaturas e identificações de gênero é que a sigla LGBTQI+ abrange tais definições: A letra L refere-se às lésbicas, G de gays, B bissexuais, T de transsexuais, transgeneros e travestis, Q é de “queer”, este contempla o indivíduo que transita entre os gêneros ou até mesmo aquele que não se define através de gêneros por acreditar que a orientação sexual e identidade de gênero são resultantes da construção social, já a letra I corresponde aos indivíduos que não se encaixam nem na definição masculina como na feminina, e por fim o símbolo de “mais” abrange as demais diversidades não contempladas pelas demais letras da sigla.

Para a transformação da realidade social buscando a inclusão e concretização dos direitos da minoria LGBTQIA+ é crucial desconstruir padrões pré moldados e desnaturalizar os comportamentos e ações preconceituosas inerentes à sociedade. Apesar dos avanços e conquistas já alcançadas pelos LGBTQIA+ ainda há muito que se batalhar; visto que discriminação alimenta as bases estruturais que sustentam a exclusão e marginalização destes. Dentre estes empecilhos encontra-se a defasagem de pesquisas sobre esta população, há pouquíssimo conhecimento produzido voltado ao reconhecimento das

demandas não heteronormativas; o que eleva a invisibilidade dessa população gerando precariedade de direitos.

Perante estes condicionantes evidencia-se o quanto a comunidade LGBTQIA+ é invisibilizada, ganhando destaque apenas nas pesquisas voltadas às doenças, principalmente as transmissíveis, tais como a AIDS; durante os anos de 1970 a 1980, mais precisamente durante a ditadura militar, o movimento que lutava pela sua liberdade foi reprimido socialmente diante dos ataques preconceituosos ocasionados pela epidemia de Aids, este fator foi responsável pela rotulação do grupo como pessoas doentes e sujas, aprisionando os LGBTQIA+ as bases profundas do conservadorismo.

3 ASSISTÊNCIA SOCIAL COMO MECANISMO DE COMBATE A HOMOFOBIA NO AMBIENTE ESCOLAR

Diante do debate acerca das sexualidades e diversidade de gênero no Serviço Social busca-se refletir sobre a contenda da profissão perante as limitações existentes no âmago da categoria profissional.

3.1 Intervenção do serviço social frente às demandas do movimento LGBTQIA+

O tema sexualidade foi pautado pelo Serviço Social no ano de 1986 pela primeira vez, a pauta foi realizada no Encontro Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESS) e contou com a presença de estudantes LGBTQIA+ que através de suas inquietações buscavam ser atendidos, e o serviço social já não podia mais não ter proximidade com estas temáticas. Vale ressaltar que através do Movimento Estudantil do Serviço Social (MESS) foi possível conduzir o assunto diversidade sexual e identidade de gênero na formação profissional dos assistentes com maior desempenho, o que favoreceu a ocupação de segmentos da comunidade LGBTQIA+ nos espaços de graduação.

Nos anos 90 vários acontecimentos marcaram a época, os profissionais do serviço social estavam passando pelo processo de reconceituação, promovendo a

profissão um caráter crítico traçado no projeto ético político da profissão, que teve seu fundamento após, segundo Netto, a Intenção de Ruptura. O que propiciou ao assistente a procura por analisar as demandas, pautas e necessidades dos LGBTQIA+. Graças a inclusão do movimento LGBTQIA+ na disciplina de movimentos sociais (em 1990), a partir dos anos 2000 o assunto orientação sexual e homofobia começou a ser frisado e debatido com mais veracidade e os pertencentes da comunidade LGBTQIA+ passaram a ocupar mais espaços de fala. Ainda que estas mudanças tenham ocorrido de maneira benéfica às questões LGBTQIA+, os debates em torno deste tema ainda são poucos, visto que as temáticas diversidade e gênero não são assuntos plenamente pautados nas universidades.

Isto afeta diretamente os profissionais do serviço social e das demais formações visto que torna as demandas LGBTQIA+ inacessíveis aos profissionais devido o pouco suporte teórico. É importante considerar a necessidade de mais estudos acadêmicos voltados a homossexualidade para que a categoria profissional do Serviço Social consiga enxergar com clareza as necessidades de empenhos as políticas e mecanismos focados nas fragilidades do grupo LGBTQIA+.

Muitos assistentes sociais não conseguem enxergar as discriminações em razão de valores pessoais que alimentam o preconceito e a homofobia, devido a falha existente no interior da base de formação dos assistentes -relacionada à defasagem literária- então, sua intervenção perde força pois diante dos padrões heterossexista inerentes ao Estado conservador, é provável a alienação de alguns profissionais inviabilizando as possibilidades de intervenção por parte do Serviço Social (isto pois o heterossexismo se apresenta de maneira sistêmica na sociedade).

Compreende-se então como as estruturas sociais de classe na sociedade capitalista culminadas pela falta de conhecimento e suporte operacional por parte do Serviço Social beneficiam a perpetuação da opressão e de estereótipos que proporcionam socialmente impulsos a homofobia:

“[...] analisar a dinâmica das relações sociais de classe, raça/etnia, sexo/gênero e sexualidade, de forma coextensiva e consubstanciada, permite-nos apreender criticamente determinações da sociedade hetero-patriarcal-racista-capitalista. Nosso entendimento é de que as relações sociais de sexo (incluindo sexualidade), raça/ etnia e classe são estruturantes, como tais, indispensáveis à análise crítica da sociedade em uma perspectiva de totalidade. Esse entendimento é condição fundamental para a formação e o exercício de profissionais comprometidos com o Projeto Ético-Político. Ademais, são temáticas sintonizadas com as lutas de sujeitos políticos, no campo das esquerdas, que enfrentam historicamente o conservadorismo e múltiplas formas de violência e violações de direitos: movimento feminista, negro e LGBT. a relevância social de suas lutas é inconteste, e a necessidade de aprimoramento e ampliação da produção do conhecimento sobre o tema, numa perspectiva de totalidade na análise da vida social, também.” (CISNE e SANTOS, 2018 p.26).

É necessário ao Serviço Social pautar as discriminações existentes no meio social para assim promover discussões acerca da homofobia, analisando de maneira coletiva a quebra de direitos individuais deste grupo. Para assim abranger ao profissional do Serviço Social um conhecimento pleno voltado às especificidades dos LGBTQIA+ rompendo com os princípios morais impostos socialmente.

A participação dos assistentes sociais na promoção da cidadania da comunidade LGBTQIA+ deve acontecer a partir de uma vasta análise sobre tais sujeitos que vivenciam desigualdades e a ela resistem e se opõem. “É nesta tensão entre produção da desigualdade, da rebeldia e da resistência, que trabalham os assistentes sociais, situados nesse terreno movidos por interesses sociais distintos, aos quais não é possível abstrair ou deles fugir porque tecem a vida em sociedade”. (Iamamoto, 2006, p. 28).

Salientado que o serviço social atua em interdisciplinaridade a outros segmentos profissional, através de instituições reconhecendo e promovendo iniciativas a fim de atender as demandas emergenciais postas por LGBTQIA+, ainda que colidindo com as imposições de um Estado, omissor, conservador e

homofóbico que, infelizmente diante de suas ordens morais impostas socialmente, muitas das vezes, impossibilita uma atuação plena e resultante por parte das entidades que lutam pela garantia dos direitos LGBTQIA+.

Os autores contextualizam que assistentes sociais podem lidar com usuários das políticas públicas que integram a comunidade LGBT nos mais variados espaços da atividade profissional, por demanda própria como de seus familiares e como nossa sociedade é heterossexista, estudantes e profissionais de Serviço Social podem reproduzi-lo. Os autores do estudo supracitado concluem que persiste a necessidade de estudos sobre homossexualidade na literatura de Serviço Social, especialmente aqueles que discutam a sociedade heterossexista em que vivemos, haja vista que vários estudos identificam atitudes heterossexistas em estudantes de Serviço Social; se ainda ocorre heterossexismo em alguns estudantes de Serviço Social e há poucas publicações na área, maiores esforços devem ser empreendidos para que assistentes sociais possam se preparar para intervir competentemente junto à comunidade LGBT; e mesmo que alguns direitos tenham sido conquistados pelo movimento social LGBT nos Estados Unidos, ainda há o que ser conquistado e pessoas ainda são marginalizadas e oprimidas em função de sua orientação e identidade sexual, logo assistentes sociais precisam acompanhar as mudanças na sociedade. (RIBEIRO, 2014 p.140)

3.2 Serviço Social nas instituições escolares

A atuação profissional do assistente social no ambiente escolar tem como encargo a viabilização de acesso, permanência e finalização do estudo por parte dos alunos, através da incumbência do Estado em promover o ingresso destes na educação. A ação do serviço social nas escolas busca democratizar o ensino público com qualidade e responsabilidade sobre as condições que delimitam a presença ou ausência do estudante no âmbito escolar. Lamentavelmente muitas escolas não contam com a presença do assistente, porém diante da regulamentação (PL 4372\ 20) do Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental da Educação Básica) reconhecendo a

lei 13.935\19, os assistentes sociais e psicólogos devem estar presentes nas redes públicas de ensino.

Deve-se considerar esta regulamentação como uma vitória, ainda que não se aplique a educação privada, visto que a presença deste profissional é de extrema importância ao enfrentamento das desigualdades e atenção às especificidades dos alunos. Diante deste avanço o CFESS\CRESS se organizou unindo forças para assim definir as ações e participações voltadas aos gestores municipais e estaduais para a promoção e articulação dos assistentes dentro das escolas.

Partindo da compreensão de que a escola é um espaço onde transitam expressões da questão social -pois presente neste ambiente encontram-se os alunos, e sua família por consequência- então, os diversos elementos existentes no âmago do que se compreende como questão social devem ser analisados, e muitas das vezes somente a escola não é capaz de enxergar estes determinantes, cabendo esta função ao assistente social, profissional capacitado a atender demandas tão emergentes quanto a fome, desigualdade, exclusão, pobreza, famílias multiproblemáticas e etc.

Há diversas problemáticas presentes no seio escolar que necessitam de atenção, entre elas está a qualidade de ensino por parte da instituição e também os próprios desafios encontrados pelos alunos e suas famílias, refletindo no exercício da cidadania destes, assim como as desigualdades apresentadas a eles. A evasão escolar é um dos principais problemas presentes no ambiente educacional, isto devido às dificuldades das famílias, neste contexto o serviço social deve promover o fortalecimento e acesso aos serviços sociais e direitos, se aproximando da realidade vivida pelo aluno e sua família, respondendo a estes problemas que dificultam seu desenvolvimento tanto escolar como social:

O desafio é re-descobrir alternativas e possibilidades para o trabalho profissional no cenário atual; traçar horizontes para a formulação de propostas que façam frente à questão social e que sejam solidárias com o modo de vida daqueles que a vivenciam, não só como vítimas, mas como sujeitos que lutam pela preservação e conquista da sua vida, da sua humanidade. Essa discussão é parte dos rumos perseguidos pelo trabalho profissional contemporâneo. (IAMAMOTO, 1998, p.75).

Essas formas de violências simbólicas e subjetivas são perpetuadas pelo silêncio e impotência dos jovens, seja por não reconhecerem as práticas como violência ou por terem sido condicionados socialmente a naturalizar a homofobia. E ainda que não gerem na expulsão ou saída da casa da família de origem, as expressões mais traumáticas estão no cotidiano, com humilhações sutis e constantes discriminações que os jovens estão submetidos. (PERUCCHI; BRANDÃO; VIEIRA, 2014, p.72)

As instituições devem ser entendidas como um equipamento social, pois é um ambiente onde se reproduz socialmente as classes, onde se forma conhecimento e moldam-se valores, o trabalho entre os profissionais devem considerar a realidade a sua volta vivenciada por seus alunos, enxergando suas necessidades, como também se considerar os fatores econômicos, sociais e culturais dos indivíduos a sua volta, por estes motivos se faz demasiado necessária a presença do profissional do Serviço Social nas instituições escolares “[...] afirmando a necessidade de atuação na política educacional que responda às demandas da participação social e que estimulem a reflexão dos atores sociais como sujeitos de seu processo sócio-histórico. Sua contribuição consiste em identificar os fatores sociais, políticos, culturais e econômicos que determinam os processos que mais afetam o campo educacional”. (MEDEIROS; SANTOS NETO, 2017. p.8)

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreendendo a escola como reprodutora das relações sociais e ambiente de aprendizado e formação, é preciso capacitar os profissionais tanto do Serviço Social quanto das instituições de ensino a fim de que a união entre eles promova ações efetivas ao reconhecimento da diversidade sexual e de gênero, como também analisar as relações no ambiente escolar com a intenção de reconhecer e combater as discriminações.

É necessária a ampliação de espaços de debates acerca das discussões sobre orientação sexual, diversidade, gênero e sexualidade nas escolas, não só para os alunos como também aos educadores e assistentes, direcionando suas ações a viabilização de direitos da comunidade LGBTQIA+. A partir da construção de reflexões a respeito do contexto político-social conjuntural e das relações de poder com base em gênero na sociedade, é possível vislumbrar a necessidade de resistir ao retrocesso conservador que atrapalha o agir do Serviço Social.

É preciso investir em pesquisas voltadas à educação da comunidade LGBTQIA+ como mecanismo de reconhecimento de direito, se aproximando desse grupo e suas especificidades. Somente através do reconhecimento social e do pleno exercício da cidadania é que a população LGBTQIA+ irá conseguir sair da zona de marginalização ocasionada pela homofobia.

Referências Bibliográficas:

<https://www.revistas.ufg.br/rir/article/view/55095>

Brasil. **Decreto nº 3.952, de 4 de outubro de 2001**. Dispõe sobre o Conselho Nacional de Combate à Discriminação — CNCD. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/D3952.htm>. Acesso em: 14 out. 2013.

7 CONSELHO NACIONAL DE COMBATE À DISCRIMINAÇÃO. **Brasil Sem Homofobia**: Programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e promoção da cidadania homossexual. Brasília: Ministério da Saúde, 2004. 32 p. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/brasil_sem_homofobia.pdf

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Homofobia nas escolas: um problema de todos. In:_____ (org.). Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas. Brasília: Ministério da Educação, 2009. p. 13-52

MENEZES, Moíses Santos. Serviço Social e Homofobia: A construção de um debate desafiador. In: Universidade Federal de Sergipe. Disponível em: "[https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802017000100122](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802017000100122&lng=p&nrm=iso&tlng=pt) HYPERLINK". Acesso em: dia 25 out. 2020.

CÉSAR, Maria Rita de Assis. Um nome próprio: transexuais e travestis nas escolas brasileiras. In: REUNIÃO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓSGRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO, 32., 2009, Caxambu. Anais... Caxambu, 2009.

https://politicaspUBLICAS.almg.gov.br/temas/lgbt/entenda/informacoes_gerais.html?tagNivel1=11465 HYPERLINK "

IAMAMOTO, M. V. Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2007

PRATA, M. R. A discriminação contra os homossexuais e os movimentos em defesa dos seus direitos.2008. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Rio de Janeiro. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2008.

MEDEIROS, Mônica; NETO, Francisco. Serviço Social e Movimento LGBT. In: Universidade Federal do Pará. Disponível em:

<file:///C:/Users/Admin/Downloads/17499-77247-1-PB.pdf> . Acesso em: dia 17 jun. 2020.

SOUSA, Angelita; QUEIROGA, Cintia; TEMÓTEO, Lúcia. O Papel da Escola No Enfrentamento Da Homofobia.. In: Faculdade Santa Maria. Disponível em: <file:///C:/Users/Admin/Downloads/408-1447-1-PB.pdf>. Acesso em: dia 17 jun. 2020.

GIMENES SANTOS, M. A Ética do Serviço Social e o preconceito contra a diversidade sexual em contexto neoliberal e neoconservador. *Serviço Social em Perspectiva*, v. 2, n. 1, p. 94 - 113, 15 jan. 2020

MENEZES, Moisés Santos; SILVA, Joilson Pereira. Serviço Social e homofobia: a construção de um debate desafiador. **Rev. katálýsis**, Florianópolis , v. 20, n. 1, p. 122-129, Apr. 2017 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802017000100122&lng=en&nrm=iso>. access on 19 May 2021. <http://dx.doi.org/10.1590/1414-49802017.00100014>.

RIBEIRO, Jéssyka Kaline Augusto. **Assistência Social, para quê e para quem?:** uma análise acerca do atendimento às populações lgbt no âmbito dos creas, do município de João Pessoa-PB. 2014. 187 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Serviço Social, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2014.

MEDEIROS, Mônica de Melo; SANTOS NETO, Francisco dos. Serviço Social e Movimento LGBT: promoção da cidadania de crianças e adolescentes no combate a violência de gênero nas escolas. 2017. 13 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Serviço Social, Universidade Federal do Pará, Pará, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/cadgendiv/article/view/17499/14477>. Acesso em: 27 abr. 2021.